

## **PARECERES NºS 396 E 397, DE 2015**

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2012, que *isenta os produtos classificados na posição 22.04 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, originários e procedentes de Portugal, do Imposto de Importação.*

### **PARECER Nº 396, DE 2015, DA REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

RELATORA: SENADORA ANA AMÉLIA

#### **I – RELATÓRIO**

Esta Representação é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Lei do Senado Nº 6, de 2012, em epígrafe, de autoria do nobre Senador Vital do Rêgo.

À luz do que determina a Resolução nº 1, de 2011 – CN, compete à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul “apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional” (art. 3º, inciso I), e, segundo dispõe o art. 5º, inciso I, “a Representação Brasileira examinará a matéria quanto ao mérito (...)”.

A proposição em exame compõe-se de apenas dois artigos e visa a isentar do Imposto de Importação os produtos classificados na posição 22.4 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originários e procedentes de Portugal.

## II – ANÁLISE

A iniciativa do nobre Senador Vital do Rêgo, ao pretender isentar de Imposto de Importação os vinhos classificados na posição 22.04 da Nomenclatura Comum do Mercosul, originários e procedentes de Portugal, busca beneficiar os importadores e consumidores nacionais deste tipo de bebida.

Tal iniciativa encontra, efetivamente, respaldo na normativa Mercosul, eis que a Decisão nº 58/10 do Conselho do Mercado Comum, celebrada em Foz do Iguaçu em 16 de dezembro de 2010, dispôs sobre as Listas de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), permitindo ao Brasil integrar tal lista com cem códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul, até 15 de dezembro de 2015. Ademais, o art. 3º da mesma Decisão autoriza os Estados Partes a modificar, a cada seis meses, a proporção de 20% dos Códigos NCM incluídos nas Listas de Exceções.

Conforme menciona a Justificação, a referida normativa Mercosul foi internalizada no direito pátrio por meio da Resolução da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) Nº 94, de 8 de dezembro de 2011.

Informa ainda a Justificação que o Brasil pratica alíquota de 27% sobre vinhos pertencentes ao código 2204.21.00, importados de países extra-bloco, em recipientes de capacidade não superior a 2 litros, excetuados os vinhos de sobremesa licorosos, de Madeira, do Porto, de Xerez e de Málaga, que têm alíquota de 20%.

Sustenta o nobre Senador Vital do Rêgo que a alíquota praticada pelo Brasil com relação ao vinho importado de países não membros do Mercosul onera injustamente o importador nacional e que essa desigualdade de tratamento tarifário pode levar à entrada ilegal da bebida no Brasil por meio de um dos Estados Partes do Mercosul (“triangulação”), uma vez que o seu consumo alcança aproximadamente 20% do vinho consumido no País.

No que pese todo o mérito da louvável iniciativa do Senador Vital do Rêgo, temos algumas ponderações a apresentar.

Em primeiro lugar, a questão da chamada “triangulação” não se colocaria neste caso, uma vez que a própria Justificação esclarece que os demais países do Mercosul, isto é, Argentina, Paraguai e Uruguai também praticam a mesma alíquota de cerca de 20% sobre os vinhos supramencionados. Apenas o Chile pratica tarifa menor, de 6%, o que poderia favorecer tentativas de triangulação com base no Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE-35), entre aquele país e o Brasil, que estabelece tarifa zero para as importações do vinho chileno. No entanto, é de se lembrar que a tarifa zero vigora apenas para aqueles produtos que ingressem no País acompanhados da devida certificação, destinada a comprovar a sua origem (Regime de Origem ACE – 35).

Na realidade, o que torna mais onerosa a importação dos vinhos classificados na Tarifa Externa Comum (TEC) 2204.21.00 (vinhos da Madeira, do Porto e de Xerez, em recipientes de capacidade não superior a 2 litros) e 22.0429 (vinhos da Madeira, do Porto e de Xerez, em recipientes com capacidade não superior a 5 litros) é o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cujas alíquotas *ad valorem* chegam a 40%. É que, de acordo com a Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, pode-se praticar alíquotas específicas na determinação do IPI incidente sobre tais bebidas.

Ademais, cabe ressaltar que a aprovação da presente proposição indubitavelmente acarretaria grandes prejuízos aos produtores nacionais, que empenhados em criar uma indústria vinícola internacionalmente competitiva, vêm investindo de forma expressiva na melhoria da qualidade do seu produto. É importante lembrar também que vinte mil famílias vivem em doze estados brasileiros do cultivo da uva e da produção de vinho.

Finalmente, a supressão pura e simples das tarifas incidentes sobre os vinhos provenientes de Portugal pelo Brasil colocaria o nosso País em posição de grande desconforto perante os parceiros do Mercosul por, unilateralmente e sem qualquer contrapartida, conceder tal benesse ao produto europeu, precisamente quando o bloco retoma as negociações com a União Europeia para a constituição de uma área de livre comércio birregional.



### III – VOTO

Pelo exposto, manifestamo-nos pela rejeição do PLS nº 6, de 2012.

Sala da Sessão,

, Presidente

A handwritten signature in purple ink, appearing to be 'Leunee', with a long horizontal stroke extending to the left and a flourish at the end.

, Relator



**CONGRESSO NACIONAL**  
**PARLAMENTO DO MERCOSUL**  
*Representação Brasileira*

## **REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 6, DE 2012**

### **PARECER DA REPRESENTAÇÃO**

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela rejeição, do Projeto de Lei do Senado n.º 6, de 2012, acatando o Parecer do Relatora, Senadora Ana Amélia

Estiveram presentes os Senhores:

Deputado Newton Lima - Presidente; e Senador Paulo Bauer – Vice-Presidente. Senadores Roberto Requião, Ana Amélia, e Inácio Arruda; Deputados Benedita da Silva, Dr. Rosinha, Fernando Marroni, Marçal Filho, Eduardo Azeredo, Raul Lima, Dilceu Sperafico, José Stédile, Luiza Erundina, Vieira da Cunha, Nelson Padovani, João Ananias, Bohn Gass, Osmar Serraglio, Renato Andrade e Sebastião Bala Rocha.

Plenário da Representação, em 3 de julho de 2013.

Deputado NEWTON LIMA  
Presidente

## **PARECER Nº \_397, DE 2015, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

**RELATOR: Senador ALVARO DIAS**

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 6, de 2012, de autoria do Senador VITAL DO RÊGO, é composto por dois artigos e tem por objetivo isentar do Imposto de Importação os vinhos provenientes de Portugal. A nova lei, se aprovada, vigorará a partir da data de sua publicação.

A benesse fiscal, concedida a produto importado de forma incondicional, é justificada pelo nobre Autor pelo fato de que a alíquota de 20% hoje praticada onera injustamente o importador de vinhos e prejudica o consumidor nacional.

Além disso, segundo argumenta, a desigualdade do tratamento tarifário conferido pelos diversos países do MERCOSUL fomenta a entrada ilegal da bebida no Brasil, por meio de “atravessadores”, que podem aproveitar as alíquotas menores de alguns países parceiros no Bloco, utilizando-os como *base para a tentativa de entrada ilegal do vinho em território brasileiro*.

A matéria, distribuída à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e à Comissão de Assuntos Econômicos, não recebeu emendas no prazo regimental.

O Parecer aprovado na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul foi pela rejeição do PLS.

## II – ANÁLISE

Segundo os incisos I e IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições em seu aspecto econômico e financeiro, bem como sobre matérias que envolvam tributos, como é o caso.

O art. 24, I, da Constituição Federal (CF), atribui poderes à União, concorrentemente com Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre direito tributário. Adicionalmente, o Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros está contido entre os tributos de competência da União (art. 153, I, da CF).

Ainda sob o prisma constitucional, a proposição atende à exigência de lei específica para a concessão de isenção de tributo, conforme o art. 150, § 6º, da CF.

O projeto contém todos os elementos caracterizadores da juridicidade, tais como efetividade, instrumento normativo adequado (lei ordinária), coercitividade, bem como respeita os princípios que norteiam o ordenamento jurídico brasileiro.

No mérito, em que pese a boa intenção do autor exposta na justificção, a proposição não merece acolhida. Primeiramente, porque a concessão de **isenção** de tributo da natureza do Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros deve ser vista com muito cuidado. Não se deve esquecer que a Constituição Federal, coerentemente com as necessidades do Poder Executivo na formulação das políticas externa, comercial, industrial e tributária, excepciona o imposto do princípio da legalidade estrita, e dá ao Poder Executivo poderes para alterar a alíquota do tributo por decreto, desde que respeitados determinados parâmetros e regras (§ 1º do art. 153 da CF). Aprovar leis de isenção do tributo em questão significa negar ao Governo Federal a possibilidade de usar instrumento constitucionalmente previsto, com efeito equivalente ao engessamento em zero da alíquota do imposto incidente sobre o produto beneficiado, que, de outra forma, poderia ser controlado de

forma mais conveniente e flexível, em consonância com os reais interesses nacionais.

Em segundo lugar, concordamos, integralmente, com os argumentos expostos no Parecer da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, lavrado nos seguintes termos:

Ademais cabe ressaltar que a aprovação da presente proposição indubitavelmente acarretaria grandes prejuízos aos produtores nacionais, que, empenhados em criar uma indústria vinícola internacionalmente competitiva, vêm investindo de forma expressiva na melhoria da qualidade do seu produto. É importante lembrar também que vinte mil famílias vivem em doze estados brasileiros do cultivo da uva e da produção de vinho.

Finalmente, a supressão pura e simples das tarifas incidentes sobre os vinhos provenientes de Portugal pelo Brasil colocaria o nosso País em posição de grande desconforto perante os parceiros do Mercosul por, unilateralmente e sem contrapartida, conceder tal benesse ao produto europeu, precisamente quando o bloco retoma as negociações com a União Europeia para a constituição de uma área de livre comércio birregional.

Por último, ressalte-se a inconformidade do PLS com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), visto que não traz estimativas da renúncia de receita ocasionada pela medida proposta.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2012.

Sala da Comissão, em 30 de junho de 2015.

Senador RAIMUNDO LIRA, Presidente em exercício

Senador ALVARO DIAS, Relator





Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 30/06/2015 às 10h - 20ª, Ordinária**

Comissão de Assuntos Econômicos

| Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP) |          |                      |          |
|--|----------|----------------------|----------|
| TITULARES                              |          | SUPLENTE             |          |
| GLEISI HOFFMANN                        | PRESENTE | 1. JOSÉ PIMENTEL     | PRESENTE |
| DELCÍDIO DO AMARAL                     |          | 2. PAULO ROCHA       | PRESENTE |
| LINDBERGH FARIAS                       |          | 3. DONIZETI NOGUEIRA | PRESENTE |
| WALTER PINHEIRO                        | PRESENTE | 4. HUMBERTO COSTA    | PRESENTE |
| REGUFFE                                | PRESENTE | 5. CRISTOVAM BUARQUE |          |
| TELMÁRIO MOTA                          | PRESENTE | 6. JORGE VIANA       |          |
| BENEDITO DE LIRA                       | PRESENTE | 7. GLADSON CAMELI    |          |
| CIRO NOGUEIRA                          |          | 8. IVO CASSOL        |          |

| Bloco da Maioria(PMDB, PSD) |          |                     |          |
|-----------------------------|----------|---------------------|----------|
| TITULARES                   |          | SUPLENTE            |          |
| ROMERO JUCÁ                 |          | 1. VALDIR RAUPP     |          |
| WALDEMIR MOKA               | PRESENTE | 2. EUNÍCIO OLIVEIRA |          |
| RAIMUNDO LIRA               | PRESENTE | 3. JOSÉ MARANHÃO    |          |
| SANDRA BRAGA                | PRESENTE | 4. LÚCIA VÂNIA      |          |
| RICARDO FERRAÇO             |          | 5. JADER BARBALHO   |          |
| ROBERTO REQUIÃO             |          | 6. MARTA SUPPLY     |          |
| OMAR AZIZ                   | PRESENTE | 7. ROSE DE FREITAS  |          |
| VAGO                        |          | 8. HÉLIO JOSÉ       | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM) |          |                     |  |
|--|----------|---------------------|--|
| TITULARES                                |          | SUPLENTE            |  |
| JOSÉ AGRIPINO                            | PRESENTE | 1. JOSÉ SERRA       |  |
| WILDER MORAIS                            |          | 2. ATAÍDES OLIVEIRA |  |
| FLEXA RIBEIRO                            | PRESENTE | 3. DALIRIO BEBER    |  |
| ALVARO DIAS                              | PRESENTE | 4. RONALDO CAIADO   |  |
| TASSO JEREISSATI                         | PRESENTE | 5. DAVI ALCOLUMBRE  |  |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL) |          |                   |          |
|--|----------|-------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE          |          |
| ANTONIO CARLOS VALADARES   | PRESENTE | 1. LÍDICE DA MATA | PRESENTE |
| FERNANDO BEZERRA COELHO  | PRESENTE | 2. ROBERTO ROCHA  |          |
| VANESSA GRAZZIOTIN   | PRESENTE | 3. JOSÉ MEDEIROS  |          |



Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 30/06/2015 às 10h - 20ª, Ordinária**

| Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB) |          |                   |          |
|--|----------|-------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE          |          |
| DOUGLAS CINTRA                                     | PRESENTE | 1. EDUARDO AMORIM |          |
| MARCELO CRIVELLA                                   | PRESENTE | 2. ELMANO FÉRRER  | PRESENTE |
| WELLINGTON FAGUNDES                                |          | 3. BLAIRO MAGGI   | PRESENTE |